

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
CASTELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE
DOIS MIL E TREZE.***

___Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, sob a presidência de José Manuel Lopes de Almeida secretariada por João Fernando Barbosa Dias, e Ilda Maria Cardoso Valente, respectivamente primeiro e segundo Secretários da Assembleia e pela funcionária da Câmara Municipal Cristina Maria de Almeida Silveira Matos. ***

___ORDEM DE TRABALHOS: ***

___PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.***

___1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.12.2012;***

___2. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

___PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

___PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

___1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

___2. PAGAMENTO DAS SENHAS DE PRESENÇA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

___3. CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO. CONHECIMENTO.

___4. REGULAMENTO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO.

___PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

___Presentes os membros: António Costa e Cunha, Alfredo Trindade da Rocha, António Filipe Moura Fernandes, José Correia Teixeira Martins, António Pedro Maldonado Martins Carvalho, Artur José Freitas de Sousa, Carlos Alberto Carmo Teixeira, Daniel António Correia

Mendes da Rocha, Gina Maria Silva Moreira, Giselda Martins Sousa Neves, António Silva Pinto, Joaquim Luís Vieira Martins, Jorge Humberto Castro Rocha Quintas, José António da Costa Moreira da Rocha, José António Santos Vilela, José António Silva Rocha, José Vieira Gonçalves José Vieira Pinto, Luís Filipe Cardoso Valente, Manuel Duarte Mendes, Carlos Alberto Moreira Barbosa, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Maria da Graça Soares de Sousa, Rodrigo António Joaquina Pereira, Marisa Vieira da Cunha Santos, Ângelo Soares Fernandes e António Vieira Relhas.

___Presentes da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, Vereadores: José Manuel Carvalho, Vanessa Pereira e Norberto Moreira. ***

___Faltou o Membro António Gouveia Coelho.***

___Foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor António Vieira Relhas.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro Cátia Cristina Gomes Rodrigues por motivos profissionais.***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor José Correia Teixeira Martins.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro João Pedro Nogueira da Costa Campos por cinco dias por motivos profissionais. ***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor António Pinto Silva.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro Maria de Lurdes Bessa de Sousa por cinco dias por motivos profissionais. ***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade da substituta Senhora Marisa Vieira Cunha Santos.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro Abel Duarte Barbosa por motivos profissionais. ***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Ângelo Soares Fernandes.***

___Pedi a suspensão de mandato o Membro Manuel António Rocha Pereira, por cinco dias por motivos pessoais. ***

___A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida suspensão. Nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, foi verificada a identidade e legitimidade do substituto Senhor Rodrigo António Joaquina Pereira.***

___PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:***

___1. -APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27.12.2012.;***

___Presente a acta da sessão ordinária de 27.12.2012 de que foi previamente distribuído exemplar a todos os membros da Assembleia Municipal. ***

___Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para sugerir que na acta na página 102 verso na oitava linha a contar do fim, onde se lia “quanto à questão do serviço de Finanças” deveria ler-se que aquela resposta era dada ao Membro Dr. António Rocha. Que na página 105, onde era feito o relato da intervenção do Dr. Paulo Teixeira, achava que estava incompleta porque faltava a frase “que ainda não sabia se era candidato”. Que achava que era significativo que constasse da acta.***

___Colocada à votação a Assembleia Municipal deliberou por maioria com uma abstenção do CDS (Dr. Rodrigo Pereira), e os votos a favor dos restantes membros aprovar a referida acta com a rectificação sugerida. ***

___2. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.***

___Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de freguesia de Fornos para referir-se à última notícia sobre a remodelação do Cais do Castelo, e apesar de agradecer o telefonema do Senhor Presidente da Câmara a informar que iria tomar uma posição, esperava um pouco mais. Gostaria de ter sido convocado, mas estava a ver que a própria

Mesa não tinha sido informada. Que achava que era um assunto para trazer à Assembleia Municipal. Que se tratava de uma obra em Fornos, mas achava que era uma obra concelhia, e que era do interesse de todos e do desenvolvimento do Concelho. Que achava que todos deveriam estar envolvidos. Na sua opinião, deveriam tomar uma posição na Assembleia Municipal, a reivindicar e mostrar o protesto contra a não realização da obra. Que gostava de pedir através da Mesa, que lhe fossem cedidos todos os contactos e diligências efectuados desde 2010 pela Câmara Municipal junto do Instituto Portuário, que era o responsável da obra, e que gostava de ter aquela documentação na Junta de Freguesia, e esperava que ainda pudesse ir a tempo de inverter o sentido que tinha sido dado em relação àquela obra.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que quando passou na Freguesia de Pedorido na zona de Boialvo, tinha visto uma obra em bom ritmo, mas não tinha visto placa identificativa nenhuma, e achava que deveriam estar identificadas aquela e outras obras que estavam a decorrer no Concelho. Felicitou a Câmara Municipal pela nova visão que tinha dado à Feira Agrícola, que estava mais agradável e bonita com as novas tendas. Por último felicitou a população de Sardoura pelo não encerramento da extensão de saúde.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Rodrigo Pereira para referir que por manifesta impossibilidade do Dr. Rocha Pereira em estar presente, tinha aceitado de bom grado tomar parte na Assembleia Municipal. Que servia para matar saudades dos anos em que tinha feito parte da Assembleia Municipal como membro eleito directamente quer por inerência do cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado. Mas que lembrava que estava ali, por ter feito parte da lista do CDS-PP. Que todos ainda tinham presente os motivos e as razões de fundo, que levaram muito boa gente a apadrinhar há 4 anos uma candidatura do CDS-PP. Que as razões de fundo assentavam na sua essência, em estripar de vez o mais que depauperado estado de saúde das finanças locais, o cansaço político, a arrogância, a intransigência, o desfasamento com a realidade concelhia, e o trazer de volta a esperança para dias bem

melhores nas mais variadas áreas. Que o actual executivo tinha conseguido dar solução à intrincada falta de capacidade para gerir os dinheiros públicos. Conseguiram, batendo o pé, manter os serviços afectos à justiça e dependentes do Tribunal Judicial de Castelo de Paiva. Que o Serviço de Finanças continuava a merecer uma atenção redobrada, porque ainda não estava definida a sua permanência, quer a sua extinção, e que se se verificasse esta segunda hipótese, acarretaria para os munícipes dificuldades acrescidas. Do que o Executivo tinha conseguido, e do muito que ainda se esperava, estariam de atalaia. Que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deveria recordar-se dos tempos difíceis em que muitos paivenses tinham lutado naquela casa por objectivos bem concretos, e que, pretendiam ver realizados. Que naquela distante data debatiam assuntos, que por ironia do destino ainda hoje não viam concretizados. Que traziam para o debate uma panóplia de temas que mereciam a atenção das populações, e ainda que em muitas alturas os debates fossem muito acesos, e até desproporcionadamente azedos, conseguiam no essencial abanar as hostes de um lado e do outro. Havia luta, discutia-se o concelho, debatiam o interesse público que dizia respeito a todos, e não era nem propriedade do poder instalado, quer fosse concelhio ou a nível central, nem tão pouco para satisfazer as minorias que só elas e os seus apaniguados usufruem. Que na sua opinião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos últimos anos sentava-se na cadeira mais para cumprir calendário, do que para criar bons momentos de discussão envolvendo todos os mais variados temas. Temas que traziam em tempos para a luta, desde a falta do saneamento na maior parte do concelho, o comércio local, o aproveitamento dos rios, o desordenamento total da agricultura com manifesto prejuízo para os agricultores, o estado mais que depauperado do centro da nossa Vila, a falta de turismo, as acessibilidades condignas, o proporcionarem condições de forma justa e equitativa na ajuda a famílias carenciadas em situação económica muito difícil através do envolvimento de diversas entidades locais e do próprio poder central. Mas a verdade era que actualmente as forças que se consideravam desavindas estavam de mãos dadas, e nas próximas eleições autárquicas voltavam a afinar pelo mesmo diapasão. Que também aceitava que algumas figuras que há

quatro anos tudo fizeram para derrubar um ciclo de 12 anos, recuperassem o gosto e voltassem a provar do mesmo sumo. Questionou se ainda havia pruridos na defesa da camisola? Ou seria que ao despi-la se fizesse também por merecimento de causas bem mais importantes do que o fervor político e até pessoal, quando o próximo, o Concelho e o interesse público, deveriam na sua consistência ser apanágio de quem segue as pisadas da política a todos os níveis da sociedade.***

___Usou da palavra o Membro Prof. Giselda Neves para referir que felicitava e congratulava-se pela não fusão dos agrupamentos escolares. Que os dois agrupamentos se iam manter por mais uns tempos. Que o Membro Dr. Rodrigo se tinha referido a algumas conquistas conseguidas no Concelho, como era o caso do encerramento do Tribunal e a manutenção das Finanças, e achava que na questão da educação era importante que se batesse o pé. Que era importante que se tivesse feito valer os argumentos do executivo camarário, assim como também das direcções dos dois agrupamentos. Que se congratulava com mais uma vitória em termos de educação que era importante para o Concelho.***

___Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e começou por referir-se, ao assunto apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, que lhe tinha feito um contacto telefónico para lhe dar nota daquilo que tinha sido a decisão do programa Operacional do Norte relativamente à candidatura da Remodelação e Requalificação do Cais do Castelo. Que era um processo longo e já tinha alguns anos, que teve o privilégio e honra de ter estado presente na assinatura do contrato de financiamento entre o IPTM e o Programa Operacional do Norte, no decurso do anterior Governo liderado pelo Engº. José Sócrates. Que estava tudo a ser conduzido para que o investimento fosse uma realidade e concretizado. As inúmeras diligências que foram tomadas por parte do IPTM, e as inúmeras insistências que tinha feito para que este investimento tivesse desenvolvimento e avançasse em obra, pois considerava que era um investimento crucial para a Freguesia de Fornos, para o Concelho, para a região e para a navegabilidade do Douro, e não fazia sentido que este investimento fosse retirado do financiamento comunitário. Que não aceitava esta decisão e que iria inverter aquela decisão, quando sabia que

muito do dinheiro que estava destinado para aquele investimento tinha sido para aquisição de Barcos no Douro. Que não entendia como se investia na aquisição de barcos, e não se investia naquilo que eram as condições de acostagem dos mesmos. Realçou que a responsabilidade da Câmara Municipal naquele processo apenas se cingia ao interesse público e ao interesse municipal, e que estavam empenhados para que o mesmo se concretizasse, e que era uma obra da inteira responsabilidade do IPTM. Que nos últimos dias tinha feito contactos junto de todas as Secretarias de Estado que tinham a tutela do IPTM e dos fundos comunitários, da Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte e do Programa Operacional do Norte, e do IPTM. Que estava convicto que a situação seria invertida, porque se tratava de um investimento crucial para a região e para o concelho, e de forma alguma deixaria fugir este investimento. Que esperava contar com todos os membros da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal para que junto do Governo conseguissem alterar aquela decisão que era fundamental e crucial para o Concelho. Quanto à intervenção do membro Jorge Quintas e relativamente à obra que avançou no Boialvo na Freguesia de Pedorido, referiu que o concurso da obra tinha sido lançado próximo das eleições de 2005, mas nunca tinha avançado. Que tinham herdado aquela obra e tinham optado por avançar com o investimento. Que era uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal, tinha o acompanhamento da Junta de Freguesia, rondava o valor de 80 mil euros, que iria dar um bom enquadramento urbanístico, e esperava que brevemente estivesse concluída. Quanto à Feira Agrícola, no último domingo tinha tido um aspecto diferente com um conjunto de tendas que tinham sido disponibilizadas a todos os produtores e vendedores, e que se traduzia num grande sucesso. Que a Câmara Municipal tinha feito uma candidatura que tinha a ver também com o mercado municipal, e brevemente iria entrar em obras. Que era uma obra importante para o Concelho, iria ser um espaço com melhores condições e iria trazer muitas vantagens económicas para a agricultura e para os paivenses. Quanto à extensão de saúde de Santa Maria de Sardoura, tinha-se concretizado o compromisso assumido pela ACES do Vale do Sousa, e o serviço tinha voltado à normalidade e mantinha-se em funcionamento.

Mas deveriam estar vigilantes e atentos ao decurso daquele serviço, porque sabiam quais as propensões existentes na actualidade eram o encerramento dos serviços públicos. Que aquele serviço era importante para a população de Sardoura e S. Martinho. Quanto à intervenção do Dr. Rodrigo Pereira, saudava a sua presença na Assembleia Municipal e relativamente àquilo que foi a acção do Executivo em algumas das tomadas de posição que assumiu, ficava-lhe reconhecido, como foi o caso do Tribunal, e que tinha valido a pena os paivenses manifestarem-se e mostrarem ao País aquilo que eram os critérios apresentados para o encerramento do Tribunal. Quanto à intervenção do Membro Prof^a. Giselda sobre a não agregação dos Agrupamentos, tinha-se concretizado aquele objectivo, e que a argumentação que a Câmara Municipal tinha apresentado junto das entidades com responsabilidades junto do Ministério da Educação tinha produzido efeitos, porque tinha incidido naquilo que era o sucesso educativo, a defesa da escola pública e também aquilo que era um projecto que vinha a ser desenvolvido nos agrupamentos, que também tinha produzido resultados positivos no âmbito do sucesso educativo e na manutenção dos alunos na escola pública. Que tinha sido uma vitória para o Concelho de Castelo de Paiva e de todos aqueles que se juntaram naquela causa.***

____PERÍODO DA ORDEM DO DIA:***

____PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____Não houve intervenções.***

____1.-APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;***

____Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para referir que no último temporal de Janeiro, e como tinha havido vários prejuízos nos equipamentos municipais, questionou se os mesmos estavam cobertos pelo seguro? Se não estivessem, seria uma boa altura para pensarem nisso, porque cada vez mais as intempéries serão sistemáticas e os prejuízos para o Município seriam elevados e deveriam acautelar estas situações.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à

questão que foi colocada pelo Membro Prof. Daniel e referiu que tinha havido alguns problemas aquando do temporal, que tinha causado alguns prejuízos nos equipamentos municipais e que estavam cobertos pelo seguro. Que aproveitava para referir que em relação aos seguros e com o novo procedimento que a Câmara Municipal fez na contratação de seguros, tinha tido uma redução anual na ordem dos 28 mil euros. Que também queriam fazer estas reduções de custos de funcionamento em outras áreas. Que esperava que brevemente houvesse oportunidade de candidaturas no âmbito dos equipamentos municipais e desportivos, porque o Pavilhão Municipal dos Desportos estava a precisar de uma intervenção sobretudo ao nível da cobertura.***

2. PAGAMENTO DAS SENHAS DE PRESENÇA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

 O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que em 29 de Fevereiro de 2012 o Membro Jorge Quintas tinha proposto que o pagamento das senhas aos Membros da Assembleia Municipal deveria ser efectuado por sessão independentemente do número de reuniões necessárias à conclusão da ordem de trabalhos. Que a Mesa tinha decidido solicitar pareceres à ANMP e à DGAL. Que o parecer da ANMP era de que o pagamento deveria ser efectuado por sessão e reunião, chamando a atenção para a necessidade de contenção de custos, e de que a Mesa deveria ter cuidado na marcação das Assembleias de modo a que houvesse um menor número possível de reuniões tendo em conta as dificuldades que as autarquias atravessavam no momento. Que a DGAL tinha remetido à CCDRN que emitiu parecer e que dizia que o pagamento deveria ser pago por sessão e não por reunião. Que quanto ao pagamento das senhas aos membros substitutos deveriam ser pagas, quer ao membro efectivo que comparecesse na sessão quer ao seu substituto quando comparecesse na reunião. Que o referido parecer tinha sido homologado pela Senhora Directora Geral dos Serviços de Apoio Jurídico da DGAL, e que também referia que já tinha havido uma homologação anterior pelo Senhor Secretário de Estado da DGAL. Que a questão que deveriam analisar era se as senhas seriam pagas nas sessões e ou reuniões, e que os membros substitutos também teriam direito à senha de presença.***

____ Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para referir que se era contra que os deputados da nação deliberassem sobre os seus próprios ordenados e benefícios, também na Assembleias Municipal era contra que os Membros tivessem que decidir se seriam pagos por sessão e ou por reunião. Que havia de haver alguém que fizesse uma legislação e depois cumpria-se a lei. Que nas respostas dos pareceres havia incongruências porque o que vinha na lei era que quem participasse nas comissões tinha direito a receber sempre e quem viesse às sessões ou reuniões da Assembleia Municipal, teria de receber uma vez. Que quanto às ajudas das deslocações tinham todo o direito de receber.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que tinham dois pareceres antagónicos, Que a DGASL adoptava o parecer da CCDRN, que apontava no sentido do pagamento por sessão, e que era entendimento pelo anterior Secretário de Estado dos Assuntos Locais, e depois tinham o parecer da ANMP que deveria ser pago por reunião. Que no fundo era devolver à procedência a escolha do parecer que eventualmente o Município iria adoptar. Que o entendimento do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, era que qualquer um dos dois pareceres era respeitável, e que na sua opinião, nenhum violava qualquer norma legal e que a opção era claramente política. Que na sua opinião deveria ser pago por sessão e não por reunião, mas admitia que os Membros da Assembleia Municipal tivessem entendimento diferente. Que deveriam compreender que não estavam a falar somente daquele mandato mas de próximos, porque seria algo que poderia ficar vinculado. Referiu que não tinha qualquer prurido em apelar a todos para fazerem um esforço em diminuir os gastos com estas situações. Que gostava de ouvir a opinião da Câmara Municipal que era a entidade pagadora.***

____ Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que ficava satisfeito porque tanto a opinião do Membro Pedro Maldonado como a do Prof. Daniel eram coincidentes com a sua, que se deveria pagar as senhas por sessão e não por reunião. Que quando colocou a proposta, a razão principal prendia-se apenas com questões económicas para os cofres do Município. Que nos tempos que corriam as pessoas com grande esforço viam os seus rendimentos diminuídos, e seria um mau

exemplo que estavam a dar, ao receber as senhas por reunião e não por sessão.***

____Usou da palavra o Membro Dr. José António Rocha para referir que uma alteração deste tipo a ser aprovada deveria constar do Regimento.****

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que estava de acordo que se pagasse por sessão, mas que não tinha culpa nenhuma que muitas pessoas viessem falar horas e horas de assuntos que não tinham nada a ver com os interesses do Concelho de Castelo de Paiva, e que depois todos saiam penalizados. Que achava que se deveria colocar à votação.***

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a questão da poupança poderia ser uma falsa poupança, porque se viesse o membro efectivo e depois se faltasse, vinha o substituto e haveria lugar ao pagamento de duas senhas de presença. Que com grande pesar via que as Assembleias Municipais estavam a ser maltratadas, porque na sua opinião o dinheiro não era tudo, mas dignificava. Que o Município estava em dificuldades económicas e financeiras, que a Assembleia Municipal poderia adoptar, um meio termo, e enquanto a troika vigorar pagariam por sessão e quando a troika acabar, começariam a pagar por reunião. Ou então uma outra solução, que passava por alterar o horário das sessões das Assembleia Municipais, voltando a iniciarem-se às nove horas e a terminar às dezoito horas. Que achava esta solução mais razoável, e esperava que alguém propusesse esta hipótese, mas que isso não tinha acontecido. Lembrou que a alteração do horário actual tinha sido proposto por membros do Partido Socialista por motivos profissionais de alguns membros.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que acerca dos horários das Assembleia Municipais e à sua duração já tinha dito mais do que uma vez que o horário de início das sessões teriam de ter em conta a Ordem de Trabalhos. Que existiam sessões com a ordem de trabalhos muito extensa, e que o Senhor Presidente da Mesa por norma encerrava os trabalhos à meia noite, convocando mais uma reunião para terminarem os trabalhos. Que se fosse necessário apresentava a proposta por escrito à Mesa para ser colocada à consideração da Assembleia

Municipal. Que na sua opinião as sessões da Assembleia Municipal deveriam realizar-se em horário pós-laboral. Que os membros da Assembleia Municipal eram altruístas, que não estavam ali por dinheiro, mas sim por dever cívico. Quanto às substituições dos membros, não concordava que houvesse direito ao pagamento aos dois membros o efectivo e o substituto, e que o valor da senha deveria ser dividido pelos dois.****

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que achava que ninguém estava ali para que fossem pagas as senhas, pois acreditava que ninguém sobrevivia com as senhas. Que a Lei estipulava que a Assembleia Municipal comunicasse à entidade patronal que determinado membro tinha estado presente na Assembleia Municipal, e que recebia a senha de presença, e que a entidade patronal retirava-lhe o dia de trabalho.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que nunca tinha dito que alguém estava na Assembleia Municipal pelo dinheiro das senhas, mas se fizessem as contas, e se o início fosse às 20.30 horas e encerrasse à meia noite, os membros da Assembleia Municipal ganhavam mais que um médico. Que a dignificação não era quantitativa, mas poderia ser qualitativa, e que não era por receber 60 euros que ia dignificar a sua presença.***

____O Senhor Presidente da Mesa referiu que ia pedir um parecer jurídico sobre o pagamento das senhas e o pagamento do dia de trabalho na respectiva entidade patronal.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que estavam em Fevereiro e que o mandato iria terminar a meia dúzia de meses. Que achava que era uma profunda deselegância estarem a onerar no final do mandato, quem daqui a meia dúzia de meses iria começar um novo mandato de quatro anos. Que no fundo estavam todos de acordo que era necessário cortar nos custos. Que provavelmente a discussão da sessão/reunião, daria lugar a que se pedissem mais pareceres, até que houvesse alguém com coragem política em termos centrais, que legislasse de uma forma inequívoca em relação àquela matéria. Que na sua opinião, o ideal passaria pela alteração do horário, porque começar às 20.30 horas e terminar três horas e meia depois, era pouco tempo. Que achava que como havia pagamentos pendentes por regularizar, a

Câmara Municipal deveria fazer um esforço e pagar por reunião, mas os três Grupos Municipais podiam aproveitar para apresentarem à Mesa uma proposta de alteração do Regimento, ou então deixar esta questão para o próximo mandato. Se a questão fosse a votação, votaria pelo pagamento da sessão, mas aceitava que os restantes membros votassem de forma diferente. Por último referiu que até ao final do mandato achava que era justo regularizar o pagamento das reuniões.***

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que uma proposta de alteração ao Regimento nunca poderia ser feita com base numa proposta verbal.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros para referir que o que estava em causa era o pagamento das senhas e não o início das sessões. Que achava que se deveria colocar à votação, e ficaria decidido o pagamento por sessão ou por reunião.***

____Usou da palavra o Membro Prof. Daniel Rocha para referir que eticamente não tinham poder para decidirem se deviam pagar por reunião ou por sessão e que o executivo deveria pagar conforme a Lei estipulava.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Pedro Maldonado para referir que no parecer da ANMP era feita uma sugestão de alteração do horário das Assembleias Municipais para evitar o desdobramento das sessões em reuniões. Que os dois pareceres eram válidos e que era apenas uma questão de opção. Questionou qual seria a validade temporal daquela escolha? Era naquele mandato? Porque não deixavam que esta questão fosse discutida pela próxima Assembleia Municipal? Que achava que deveriam encontrar uma solução que prevenisse no futuro aquele tipo de situações. ***

____Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Bairros, que leu a sua intervenção na sessão de Fevereiro de 2012, e que constatava que tudo o que acabara de dizer já tinha sido dito naquela sessão. Que achava que o que havia de ser votado era o pagamento das senhas por reunião ou por sessão e que não havia necessidade de se perder tanto tempo.***

____Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Fornos para referir que na sua opinião deveriam pagar as senhas como pagaram

desde o início do mandato e até ao fim do mesmo.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que o que estava em causa era uma questão de dinheiro para a Câmara Municipal. Que o que tinha proposta era que se pagasse só por sessão.***

____Usou da palavra o Membro Dr. Rodrigo Pereira para referir que a posição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornos era consentânea e realista. Que uma reunião com três ou quatro horas tinha o mesmo poder que uma sessão com a mesma duração. Que não poderiam falar em termos económicos, porque não havendo dinheiro nem se pagava nada. Que o Senhor Presidente da Assembleia poderia resolver a questão facilmente, marcando as sessões e só colocar matéria que desse para três ou quatro horas. Mas se passassem para lá das quatro horas, deveriam ser pagas as senhas. Que se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal marcasse uma sessão, e como tinha muitos pontos, se marcasse depois uma reunião extraordinária, receberiam pelas duas sessões. Que achava que quem não quisesse receber, não recebia.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que faltavam três sessões para terminarem o mandato, e que iria alterar o horário para as nove horas. Que na próxima sessão iria aparecer uma proposta para alterar o Regimento. Referiu que a Assembleia Municipal iria perder muita qualidade, porque os professores e os advogados deixariam de vir. Que este assunto deveria ser discutido na próxima Assembleia Municipal. Que faltavam três sessões ordinárias e que provavelmente iria convocá-las para os sábados de manhã, ou propunha para as nove horas em dia da semana, de acordo com os líderes dos Grupos Municipais e com o Senhor Presidente da Câmara.***

____Usou da palavra o Membro Jorge Quintas para referir que em vez de ser às nove horas poderia ser às dezoito horas em horário pós-laboral.

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bairros, para solicitar à Mesa uma explicação sobre o custo de cada sessão da Assembleia Municipal.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que o custo de cada sessão ficava em cerca de 1.997 euros. Referiu que tinha feito uma proposta, para que a Assembleia Municipal ponderasse sobre

ela. Que faltavam apenas três sessões até ao final do mandato e que iria propor a alteração do horário para os sábados de manhã ou para as nove horas de um dia da semana. Que podiam deliberar pelas três reuniões que estavam por pagar e na próxima sessão apresentava uma proposta concreta de alteração dos dias e horas de funcionamento.***

____ Usou da palavra o Membro Dr. José António Rocha para referir que tinha dúvidas se era possível apresentarem ou votarem a proposta do pagamento das senhas das reuniões que estavam por pagar, porque não constava na Ordem de Trabalhos.

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que era um assunto que estava em debate.***

____ O Senhor Presidente da Mesa encerrou o debate deste ponto, e uma vez que a Assembleia Municipal não quis proceder à votação, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que decidisse como entendesse de acordo com os pareceres que tinha em seu poder, uma vez que eram todos válidos.***

____ 3. CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO. CONHECIMENTO.

____ Usou da palavra o Senhor Vereador José Manuel Carvalho para referir que o que estava em causa era o cumprimento do estipulado no âmbito da Lei dos Compromissos, que já tinha sido debatido e aprovado em sessão da Assembleia Municipal em Dezembro último uma autorização genérica à Câmara Municipal para assumirem compromissos, mas sempre que ultrapassassem o exercício de um ano teriam de ser presentes à Assembleia Municipal para conhecimento. Que no caso havia dois documentos para conhecimento que tinham a ver com os contratos do rendimento social de inserção, que eram celebrados por doze meses com início em Março, e outro que se reportava a um conjunto de compromissos, nomeadamente o serviço de seguros, um conjunto de prestação de serviços que existia com o serviço de engenharia de acompanhamento de electricidade, um concurso de aquisição de inertes e um contrato de emprego de inserção. Que de forma resumida eram estes os compromissos que tinham sido assumidos no período anterior à realização da Assembleia Municipal e que se reportavam a um prazo superior ao exercício do actual ano.***

____ A Assembleia Municipal tomou conhecimento destes documentos

que se dão aqui como integralmente reproduzidos ficando arquivados na pasta anexa a esta acta.

____4. REGULAMENTO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO.

____Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho para referir que este ponto já tinha sido aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 15 de Fevereiro, e que face ao contexto socioeconómico em que se vivia, havia uma necessidade de proceder a uma alteração ao Regulamento de Solidariedade Social no seu artigo 5º. nº. 1. Que de uma forma resumida a alteração daquele artigo remetia para a possibilidade de haver apoio ao arrendamento através de subsídio mensal a atribuir pelo prazo de 12 meses. Que como tinham surgido algumas dúvidas, pediram esclarecimentos ao Gabinete Jurídico que informou que não havia incompatibilidade com a Lei do arrendamento, assim como também não se verificava a duplicação de atribuição de subsídios aos requerentes com manifesta carência económica.***

____Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha para referir que quanto ao artigo 5º. e ao seu conteúdo a solidariedade não se discutia face à conjuntura económica. Questionou se o documento tinha sido aprovado na Rede social? Questionou ainda se o valor de 100 euros por mês, poderia ser alterado pelo Vereador da Acção Social se entendesse que era uma situação de emergência social? Alertou que há muito tempo, as situações de habitação social, e de famílias desfavorecidas e com dificuldades de habitação já se colocavam há muito tempo. Que as Associações e as IPSS do Concelho resolviam e contornavam muitas das situações, muitas das vezes sozinhas, de forma isolada e sem colaboração de outras entidades, mas ficava satisfeito que naquela altura o Executivo passado algum tempo tivesse definido fazer isso até ao final do mandato. Que se congratulava com aquela situação mas achava um pouco tardio. Referiu que na Rede Social estavam a trabalhar em conjunto para que no futuro fosse possível terem outro tipo de capacidade de instalação em termos de habitação social, que se referia em concreto à casa de emergência social e a outros espaços que não estavam utilizados, como era o caso das escolas do primeiro ciclo, que poderiam ser convertidas em espaços de habitação social. Que

favoravelmente as questões que hoje tinham poderiam ser resolvidas se por exemplo houvesse lugar ao pagamento de 100 euros mensais. Aproveitou para referir que quando o Senhor Presidente se referiu ao mérito de algumas acções e algumas vitórias que o Concelho tinha conseguido, congratulava-se com isso, mas que muito daquele mérito tinha sido colectivo e não só individual do Executivo da Câmara Municipal ou de outras entidades. Que era justo que o Senhor Presidente da Câmara reconhecesse que o mérito deveria ser alargado por outras entidades e outros intervenientes. Que a acção e argumentação do Presidente da Câmara Municipal tinha sido importante, no que se referia à não agregação dos Agrupamentos Escolares e do não encerramento do Tribunal, mas que sabia muito bem que a argumentação de outras forças partidárias do Concelho tinham sido decisivas para que tivesse existido uma grande vitória para estas duas temáticas***

____Usou da palavra o Vereador José Manuel Carvalho para responder às questões colocadas e começou por referir que reconhecia que a situação social em que o País vivia era dramática. No Concelho atravessavam-se momentos muito difíceis, e que deveria haver união de esforços para minimizar o impacto que a situação provocava. Que queria dar nota do projecto da casa de emergência social, e com apreço registava o empenho de todas as instituições no âmbito da Rede Social. Que se tinha chegado a algum consenso sobre uma solução com o empenho de muitas entidades como a Rede Social e as Juntas de Freguesia, que apontavam para umas instalações existentes na Freguesia de Paraíso que podiam ser muito úteis nas situações de emergência social. Quanto à questão do valor ser alterado pelo Vereador da Acção Social, referiu que não tinha havido alteração alguma. Que a única alteração tinha a ver com a numeração no artigo e com a questão do prazo, e que o resto mantinha-se.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que quanto à questão colocada pelo Senhor Prof. José António Rocha, relativamente à luta que tinha tido para travar e argumentar no sentido de manter o Tribunal no Concelho, e de não haver a agregação dos Agrupamentos, não queria ser vítima nem herói, apenas queria ser o Presidente da Câmara Municipal. Que em todos os processos tinha

convocado sempre as pessoas para participarem e que sempre tinha procurado a colaboração de todos, mas nem sempre estiveram todos presentes. Que tiveram um desfecho positivo, mas nem sempre tinha visto todos a participarem. Que no caso em concreto sobre a não agregação dos Agrupamentos, salientava o apoio directo dos Agrupamentos no sentido da argumentação que tinha sido apresentado na DREN e ao Secretário de Estado. Que tinha sido aquela argumentação o motivo para que se mantivesse o modelo actual em Castelo de Paiva. Que não se tratava de heróis nem de vítimas, mas sim de trabalho bem feito.***

____Usou da palavra o Membro Prof. José António Rocha para referir-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que neste capítulo não estava a retirar-lhe nenhum mérito, mas que o Senhor Presidente sabia bem que outras forças partidárias nomeadamente o PSD de Castelo de Paiva tinha tido um papel preponderante e decisivo naquelas duas acções. Mas que a verdade dos factos era que tinha havido um trabalho da Câmara Municipal muito meritório complementado com um trabalho excelente por parte do agrupamento do PSD relativamente a estas duas questões.***

____Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que discordava com o que tinha sido dito pelo Senhor Prof. José António Rocha, sobre a participação de alguns agrupamentos políticos que tinham estado presentes na marcha lenta que tinham efectuado até Arouca. Que da parte do PSD tinha ficado muito aquém, daquilo que eram as suas legítimas expectativas naquela iniciativa. Que em alguns momentos e quando esperava que o agrupamento do PSD tivesse uma posição incisiva perante o Governo quando tinha rasgado o contrato de financiamento do Cais do Castelo, aquele agrupamento político atirou-se ao Presidente da Câmara Municipal quando nem sequer era o promotor da obra.****

____Colocado à votação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a alteração do Regulamento de Solidariedade Social, ficando os documentos arquivados na pasta anexa ao Livro de Actas.***

____PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.***

____Interveio o Senhor Dr. Pedro Maldonado para referir que em relação à questão em concreto do Tribunal toda a gente sabia que o PSD nunca tinha deixado de estar presente nas reuniões de trabalho promovidas pela Câmara Municipal. Que o Executivo sabia qual era a posição do PSD. Que sobre aquela questão tinham manifestado e tinham sido coerentes com a deslocação ao Concelho de Arouca. Que gostava que ficasse claro, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sabia que toda a gente sabia, que tinha havido uma reunião técnica entre políticos que tinha sido absolutamente decisiva para que o Tribunal se mantivesse aberto. Que era simples e bastava ver o documento que tinha sido emitido pela respectiva Direcção Geral e verem qual tinha sido o motivo que fez com que se mantivesse o Tribunal. Que achava justo dizer que o Concelho saiu vitorioso daquela situação. Que houve quem tivesse dialogado e outros não, mas que por acção de todos o Tribunal mantinha-se aberto.***

____Interveio o Dr. Norberto Moreira para referir que pedia ao Senhor Presidente da Câmara que tivesse consideração nas suas argumentações futuras, e que se referia ao sucesso da não fusão dos Agrupamentos das Escolas. Que o Senhor Presidente da Câmara continuava a invocar como única razão os argumentos que tinha tido, e que sabia perfeitamente que aqueles argumentos que resultaram de uma reunião não eram suficientes para manter os dois agrupamentos como estavam. Que lhe pedia para ter em atenção, e não menosprezar a iniciativa e intervenção que teve o Agrupamento do Couto Mineiro sob pena de aquele não se sentir estimulado a fazer a proposta de contrato de autonomia, e isso vir a ser num futuro próximo, o factor que fizesse com que deixassem de ter os dois agrupamentos. Que na sua opinião deveriam dar mérito ao Agrupamento do Couto Mineiro pela iniciativa que tinha tido em apresentar uma proposta que era inovadora, estimulá-los para continuarem a pensar no projecto. Que com a constante informação de que não tinha qualquer importância aquela proposta feita pelo Agrupamento, poderia ser um factor desmotivador e que poderiam hipotecar o futuro dos agrupamentos, porque aquele factor tinha sido impeditivo da fusão de agrupamentos noutros locais. Que se houvesse uma antecipação como fez o Agrupamento, poderia ser a forma de não

estarem todos os anos com medo de poderem novamente a fusão. Que pedia ao Senhor Presidente da Câmara que continuasse a estimular e incentivar o Agrupamento do Couto Mineiro.***

____ Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, e começou por referir que o que pretendia era a verdade dos factos. Que nunca tinha escondido e não tinha deixado de realçar o contributo de algumas pessoas afectas ao PSD no processo do Tribunal. Mas que tinha havido muitas pessoas que não tinham participado na marcha lenta até Arouca. Que o que se tinha passado numa reunião em Lisboa, não tinha conhecimento porque não tinha estado presente. Mas o que sabia era que a argumentação que tinha sido elaborada na Câmara Municipal com o contributo de todos incluindo a própria delegação da Ordem dos Advogados, que escrupulosamente tinha rebatido todos os argumentos que foram apresentados para o encerramento do Tribunal. Que o mérito era de quem tinha participado e trabalhado. Que sempre tinha dito que o mérito era do povo de Castelo de Paiva. Que relativamente à fusão dos agrupamentos, tinha havido uma reunião na DREN, em que também estiveram presentes os Directores dos Agrupamentos, os Presidentes do Conselhos Gerais, que tinham apresentado a argumentação que entenderam pertinente e oportuna na defesa da manutenção dos dois agrupamentos e que tinha ficado decidido que posteriormente enviaria um documento escrito para juntar à acta e remeter ao Secretário de Estado. Que aquele documento nada tinha a ver com a discussão da questão do contrato de autonomia para o Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro. Que o Secretário de Estado da Educação tinha-se pronunciado e a decisão incidiu escrupulosamente no documento que foi junto à acta da DREN. Que não queria receber méritos porque tinha sido um trabalho feito em conjunto com os vários parceiros e que tinha sido importante e decisivo. Mas o que importava era que os dois agrupamentos mantinham-se em funcionamento.***

____ Interveio a Dr^a. Vanessa Pereira para referir que ia falar sobre as decisões que não tinham sido favoráveis para o Concelho de Castelo de Paiva, por não ter havido empenho. Que se referia ao Centro de Saúde, e à junção de pessoas para defenderem a manutenção do SAP e que

também não se viram as pessoas que deveriam lá estar. Que se referia concretamente, quando disseram que o Centro de Saúde se iria manter, e depois foi o que se viu. Que se falavam de mérito nas vitórias, também tinham de reconhecer as derrotas. Que tinham de reconhecer o que tinha sido mau para o Concelho, que foi a falta de inércia e força para defenderem o SAP, quando o Governo era do PS e tiveram medo de ir para a rua e estarem frente ao Centro de Saúde junto dos Paivenses. Que tinha chegado a hora de perceberem que todos eram poucos para defenderem os interesses do Concelho de Castelo de Paiva, independentemente quem ficasse com o mérito, porque quem ficava prejudicado eram todos os paivenses. Que deveriam defender o Concelho de Castelo de Paiva, porque era para isso que tinham sido eleitos.***

____Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que nunca tinha dito que o mérito era seu, e que dizia apenas a verdade dos factos. Quanto à questão do Centro de Saúde toda a gente tinha participado, sabiam como tinha decorrido o processo, e estava de consciência tranquila. Que estava ali para assumir as suas responsabilidades e para defender os interesses do Concelho de Castelo de Paiva.***

____Interveio o Senhor Dr. José António Rocha para referir que o Senhor Presidente da Mesa tinha decidido há alguns anos atrás que os Membros da Assembleia Municipal não poderiam intervir como público. Que Actualmente toda a gente falava quando queria no período destinado à intervenção do público.***

____O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que era equitativo e que permitia que todos interviessem. Que já tinham decorridos muitos anos e o Regimento era outro pois já tinha tido várias alterações.***

____Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e vinte minutos, dela se lavrando a presente acta que foi aprovada em minuta, por unanimidade nos termos do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para efeitos imediatos. ***

____E eu Assistente Técnica da
Câmara Municipal de Castelo de Paiva, a redigi e subscrevi. ***
O Presidente, _____

SO. 27.02.13

O 1.º Secretário, _____

O 2.º Secretário, _____